

13 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Grupos disputam cargo de Valeixo na chefia da PF

Dada como certa, demissão de diretor-geral já movimentava alas ligadas ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro Sérgio Moro

Breno Pires / BRASÍLIA

Com a saída do delegado Maurício Valeixo da direção-geral da Polícia Federal dada como certa, três grupos já disputam internamente o comando da instituição.

A movimentação reflete uma medição de forças entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o ministro da Justiça, Sérgio Moro – a quem a corporação é subordinada – pela influência na instituição.

No Palácio do Planalto, um dos cotados é Anderson Torres, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que passou a maior parte da carreira em funções fora da PF.

A prioridade do ministro, no entanto, é manter Valeixo no cargo. Caso não seja possível, o grupo ligado a Moro trabalha para manter o comando do órgão sob a influência do ex-juiz da Lava Jato. O receio é de que caso um nome de fora assuma, Moro perca a ascendência sobre a Polícia Federal.

O nome do delegado Fabiano Bordignon, atual diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), é citado como opção, conforme antecipou a *Coluna do Estadão*.

Bordignon já foi o chefe da PF em Foz do Iguaçu (PR) e atuou como diretor da penitenciária de Catanduvas (PR) na época em que Moro era juiz corregedor da unidade.

Admitido em 2002 pela PF, Bordignon é citado como um possível meio-termo, cenário em que Bolsonaro pretende dar uma “arejada” na instituição. Desta forma, o ministro da Justiça amenizaria a sua derrota por conta da eventual saída de Valeixo mantendo um nome próximo no comando da PF.

Disputa. Uma das questões avivadas com a declaração de Bolsonaro sobre “arejar” a PF é a disputa de gerações para comandar o órgão. Os últimos diretores, incluindo Maurício Valeixo, ingressaram na PF no concurso de 1993. Delegados mais jovens que tentam ascender à cúpula da instituição veem Valeixo como uma continuidade da gestão de Leandro Daiello, o mais longo diretor-geral, que ficou no cargo de 2011 a 2017.

Há duas alas vistas como fortes – ambas encabeçadas por delegados do concurso de 2002. O primeiro, liderado por Torres, tem Alessandro Moretti, seu secretário adjunto no DF, e o superintendente regional da PF no Distrito Federal, Márcio Nunes. Esse grupo tem apoio do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Oliveira, e simpatia do ex-deputado federal Fernando Francischini (PSL-PR).

O segundo grupo é o do delegado Alexandre Ramagem, atual diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que se aproximou de Bolsonaro depois

de assumir a chefia da equipe de segurança do então candidato, após o atentado a facada na campanha eleitoral ocorrido em setembro passado. Ramagem é aliado de Alexandre Saraiva, superintendente da PF no Amazonas, próximo do presidente.

A leitura na Polícia Federal é de que o presidente está tendo o cuidado de trocar o diretor-geral de maneira que Moro não peça demissão. Bolsonaro foi convencido de que isso não seria bom para o governo por causa da popularidade do ministro da Justiça.

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

13 SET 2019

Protejam a democracia!

Por que é preciso clamar
por democracia a essa altura
da história brasileira?!

Em seu último pronunciamento no STF como procuradora-geral da República, Raquel Dodge fez um “pedido muito especial” aos ministros, à sociedade civil e a todas as instituições da República: “Protejam a democracia brasileira, tão arduamente erguida!”.

Pode parecer um tanto intempestivo. Apelo pela democracia? Em pleno 2019? Com as instituições funcionando plenamente? Pois é. Mas Raquel não falou por falar, apenas verbalizou uma preocupação que percorre corredores e gabinetes.

O presidente da República faz loas a ditadores sanguinários do Brasil e do exterior. Seu filho 03, o deputado e candidato a embaixador Eduardo Bolsonaro, já declarou que, para fechar o Supremo, “basta um tanque e um cabo”. O 02, vereador licenciado e internauta Carlos Bolsonaro, chocou a opinião pública, o Legislativo e o Judiciário ao postar que, “por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer” (seja lá o que for isso) não vai acontecer na velocidade que ele gostaria.

E o que dizer da foto de Eduardo ostentando desafiadoramente uma pistola na cintura ao lado do presidente, numa cama de hospital? Foi um recado. Que recado? Para quem?

Enquanto os irmãos falam, escrevem, fazem ameaças veladas e ocupam-se com “bravatas”, como classificou o general Santos Cruz, o primogênito, senador Flávio Bolsonaro, trabalha habilidosamente num produtivo “toma lá, dá cá” com Judiciário, Câmara e Senado.

O presidente do STF, Dias Toffoli, atende pedido da defesa de Flávio e suspende todas as investigações e processos com base no falecido Coaf sem autorização judicial. Flávio retribui operando para abafar a CPI da Lava Toga, apelido para uma comissão que – indevidamente, aliás – pretende investigar e expor ministros do Supremo, inclusive o próprio Toffoli.

Ao redor disso, a cúpula da Polícia

Federal continua sendo alvo e a da Receita Federal já foi abatida. Marcos Cintra, bolsonarista de primeira hora, caiu da Secretaria da Receita por insistir em ressuscitar a CPMF – que Jair Bolsonaro combateu nos anos FH, nos anos Lula, na campanha, na transição e agora durante seu governo. Logo, caiu por um motivo forte. Mas não o único.

Cintra caiu, mas a ideia de recriar o “imposto do cheque” sob nova roupagem não morreu. O ministro Paulo Guedes vai deixar a poeira baixar e mudar o discurso, mas cobrando do presidente da República, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre: “Se não querem a nova CPMF, que opção vocês me dão para compensar a desoneração da folha de pagamento e assim gerar empregos?”. Até lá, a CPMF continua na pauta.

O que os três Poderes querem mudar mesmo é a desenvoltura de auditores em investigar pessoas que se sentem “ininvestigáveis”. Enquanto eram ministros do Supremo e parlamentares federais, ainda ia. Mas, quando isso chegou a parentes de Bolsonaro e resvalou em Flávio, a coisa mudou de figura. Definitivamente, não pode. Logo, a CPMF fica, mas a Receita muda e fica mais comportada.

Se o Brasil e o mundo já estão perplexos com as falas de Bolsonaro e seus filhos sobre democracia e meio ambiente, o que dizer do discurso do chanceler Ernesto Araújo no Heritage, um “think thank” conservador dos EUA, sobre os riscos do “climatismo” para o Ocidente? A diferença é que a fala de Carlos foi levada a sério e rechaçada, a de Ernesto virou piada na imprensa americana, às vésperas de Bolsonaro abrir a Assembleia Geral da ONU.

Aliás, Carlos ficou furioso com a repercussão do seu desdém pela democracia e acusou os jornalistas de “canalhas”. E o vice-presidente, o general Santos Cruz, os presidentes da Câmara e do Senado e os cidadãos estupefatos são canalhas?

13 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

MP 'não serve a governos', diz decano

Celso de Mello defende independência do MP, enquanto Raquel Dodge pede a ministros que 'permaneçam atentos' a sinais contra democracia

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Na sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que marcou a despedida da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o decano da Corte, ministro Celso de Mello, fez ontem uma defesa enfática da independência do Ministério Público, afirmando que a instituição “não serve a governos”. Raquel, por sua vez, pediu aos ministros que “permaneçam atentos a todos os sinais de pressão sobre a democracia”.

No Supremo, a fala do decano foi interpretada como um recado ao presidente Jair Bolsonaro, que indicou o subprocurador-geral da República Augusto Aras para suceder a Raquel no comando do Ministério Público Federal. Aras não disputou a lista tríplice e sua escolha quebrou uma tradição de 16 anos. Ele foi visto como o candidato que melhor soube ler os sinais de Bolsonaro quanto aos requisitos para a indicação para o cargo.

Bolsonaro já disse que quer um novo PGR que não seja “radical na questão ambiental”, nem que aja como um “xiita”, nem “atrapalhe” projetos de infraestrutura, sendo “alinhado” com o Brasil. O nome de Aras ainda depende de aprovação no Senado.

“O Ministério Público não serve a governos, não serve a pessoas, não serve a grupos ideológicos, não se subordina a partidos políticos, não se curva à onipotência do poder ou aos desejos daqueles que o exercem, não importando a elevadíssima posição que tais autoridades podem

● 'subordinação'

“O Ministério Público não serve a governos, a pessoas, a grupos ideológicos, não se subordina a partidos, não se curva à onipotência do poder.”

Celso de Mello

MINISTRO DO STF

● Liberdade

Preso desde segunda-feira, o ex-deputado Índio da Costa obteve habeas corpus do TRF-4 para deixar a prisão.

ostentar na hierarquia da República”, discursou Celso de Mello na abertura da sessão plenária.

Para ele, o MP “também não deve ser o representante servil da vontade unipessoal de quem quer seja”. “Ou instrumento de concretização de práticas ofensivas aos direitos básicos das minorias, quaisquer que elas sejam, sob pena de o Ministério Público se mostrar infiel a uma de suas mais expressivas funções, que é, segundo o que diz a própria Constituição Federal, a de defender a plenitude do regime democrático.”

Segundo apurou o Estado, o decano reagiu nesta semana com indignação ao comentário do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, de que “por vias democráticas a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade que almejamos”.

'Regime de leis'. Em sua despedida, Raquel Dodge disse que no Brasil e no mundo “surtem vozes contrárias ao regime de leis, ao respeito de direitos fundamentais e ao meio ambiente sadio para as futuras gerações”.

“Nesse cenário é grave a responsabilidade do Ministério Público, mas é singularmente importante a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal,

do Ministério Público, para acionar o sistema de freios e contrapesos, para manter leis válidas perante a Constituição, para proteger o direito e segurança para todos, para defender minorias”, afirmou.

A procuradora-geral da República contou com o apoio de ministros do Supremo e do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para ser reconduzida ao cargo por mais dois anos, mas acabou preterida por Bolsonaro.

Em uma fala mais protocolar, o presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, elogiou Raquel e disse que “sem um Ministério Público forte e independente na defesa dos direitos e das liberdades das pessoas e no combate à corrupção, os valores democráticos e republicanos propugnados na Constituição de 1988 estariam permanentemente ameaçados”.

CONTINUA

13 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS ARI SUNDFELD

Independência é princípio básico

CONTINUAÇÃO

As declarações mais contundentes ficaram a cargo mesmo do decano. “Regimes autocráticos, governantes ímprobos (*desonestos*), cidadãos corruptos e autoridades impregnadas de irresistível vocação tendente à própria desconstrução da ordem democrática temem um Ministério Público independente”, frisou Celso de Mello, que já atuou no Ministério Público de São Paulo antes de ser indicado pelo então presidente José Sarney para assumir uma das cadeiras do Supremo, em 1989.

Desde que Bolsonaro chegou ao Palácio do Planalto, o decano se notabilizou por ser um dos principais defensores na Corte dos direitos das minorias e da liberdade de expressão.

O Ministério Público Federal está sob ameaça política? Pensar nisso, e ficar atento, tornou-se bem importante nos últimos meses. É desastroso para a democracia, para os interesses gerais e para a luta contra a corrupção que procuradores sejam intimidados ou cooptados pelo poder político, pelo poder econômico ou pelo crime organizado.

Independência institucional é princípio básico. Precisamos dessa independência inclusive na luta contra os monstros de nosso passado. Há certamente exagero na visão corporativa de que, na escolha do procurador-geral da República, tanto o presidente da República como o Senado Federal teriam de ficar vinculados a uma lista tríplice feita à margem da lei por uma associação de classe.

É correto que os poderes legítimos escolham o novo procurador-geral seguindo a lei, sem serem constrangidos pelas preferências da corporação de procuradores. Além disso, não há mal em que procuradores sejam muito fiscalizados e criticados por seus erros e abusos.

Raquel Dodge, que agora se despede, teve momentos melhores e piores – e é necessário discuti-los. Ninguém é infalível ou pode estar acima da lei. Mas há sim razões para receio.

Autoridades políticas relevantes, a começar do presidente da República, flertam com o autoritarismo e sugerem em voz alta que querem submissão, nada menos. Diante disso, ao menos uma manifestação clara precisava vir do Supremo Tribunal Federal.

Foi importante que, ontem, o alerta viesse na voz do decano Celso de Mello, que nos momentos-chave tem simbolizado o consenso de todo o mundo jurídico em torno de princípios inegociáveis. A advertência contra as tentações de “onipotência” foi necessária e oportuna. Esse discurso tem de ficar ecoando sobre nossas autoridades afoitas. Não só as do Executivo e do Legislativo, também do Judiciário e do próprio ministério público.

É PROFESSOR TITULAR DA FGV DIREITO SP

13 SET 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina volta de exposição de charges no Sul

A Justiça de Porto Alegre determinou ontem liminarmente o retorno da exposição de charges retirada da Câmara Municipal da capital gaúcha por conter críticas ao presidente Jair Bolsonaro. A mostra *Rir é Risco – Independência em Risco* foi aberta no dia 2 de setembro, mas permaneceu no hall do Legislativo por menos de 24 horas. A decisão de desfazer a apresentação foi da presidente da Casa, vereadora Mônica Leal (PP). Em protesto, os artistas realizaram uma exposição em frente à Câmara Municipal. Mônica Leal acatará decisão da Justiça. A exposição será reaberta na segunda, 16. / LUCAS RIVAS, ESPECIAL PARA O ESTADO (PORTO ALEGRE)

COLUNA DO ESTADÃO

● **Marca.** O acervo do STF registrou 35 mil processos em tramitação, o menor número desde a Constituição de 1988. A atual gestão, sob comando do ministro Dias Toffoli, atribui o resultado a “ações de modernização administrativa e fomento à inovação tecnológica”.

● **Balança.** Nos últimos 12 meses, o STF realizou 122 sessões: 78 presenciais, 41 virtuais e 3 solenes. Foram julgados 3.439 processos e proferidas 114,5 mil decisões, sendo 98,7 mil monocráticas e 16,2 mil colegiadas (88,3 mil finais).

● **Balança 2.** Apesar das críticas do mundo político acerca de decisões monocráticas, o STF aumentou em 25% no último ano a quantidade de decisões colegiadas: 12.942 em 2017 ante 16.180 em 2019, conforme comparativo feito pela *Coluna*.

13 SET 2019

METRO

Justiça revoga prisão de Cristiana Brittes

O juízo da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, revogou ontem a prisão de Cristiana Brittes, suspeita de participação na morte do jogador Daniel Correa Freitas, no dia 27 de outubro do ano passado.

Ré por homicídio qualificado, fraude processual, corrupção de menor e coação no curso do processo, Cristiana está presa na PEP (Penitenciária Estadual de Piraquara) des-



Cristiana alega que Daniel tentou estuprá-la. REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

de outubro do ano passado. Ela é mulher de Edison Brittes, que confessou ter matado Daniel. Cristiana alega que Daniel tentou estuprá-la.

Daniel foi morto após participar da festa de aniversário de Allana Brittes, filha do casal, que também é ré. Depois da festa, o grupo seguiu para a casa da família, em São José dos Pinhais. O processo tem sete réus.

“Cristiana é a primeira vítima deste trágico episódio e jamais deveria estar no cárcere, mas sim sendo ouvida e tratada com vítima de abuso e violência sexual”, afirmou a defesa dela em nota. METRO CURITIBA

Deste. MPF é contra reabertura de estrada

O Ministério Público Federal (MPF) em Foz do Iguaçu avalia que a reabertura da Estrada do Colono provocaria mudança radical em uma área que é matriz de repovoamento de outras zonas, ao contrário da turística BR-469.

O MPF argumenta que a BR-469 está em um Ambiente de Uso Intensivo, com área de lazer e visitação, que admite a presença de estrada para permitir que os visitantes acessem as Cataratas do Iguaçu. Já a Estrada do Colono “visa a simples travessia do parque,

em um trecho contínuo de floresta”, argumenta o MPF.

“Se a estrada estiver em operação, imporá uma modificação radical do solo do entorno ao longo de todo o seu perímetro”, diz a nota enviada pelo órgão. Na semana passada, procuradores fizeram um voo na região e contataram que a vegetação na área foi regenerada. A diligência foi realizada para instruir um inquérito civil que apura a possibilidade de reabertura da rodovia no interior do parque. METRO CURITIBA

Lula no TRF4

Processo do sítio

O desembargador João Pedro Gebran Neto, relator dos casos da Lava Jato no TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), concluiu a análise do recurso do ex-presidente Lula no caso do sítio de Atibaia. O parecer foi entregue ao revisor. Posteriormente, o processo será encaminhado para entrar em pauta. Com esta ação, Lula fica mais próximo de ser julgado em segunda instância. Na primeira, o ex-presidente foi condenado, em fevereiro, a 12 anos e 11 meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

13 SET 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Em decisão unânime, STJ fixa teses jurídicas para compra e venda de imóveis na planta

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça fixou, ontem (11/9), quatro teses jurídicas relativas a compromissos de compra e venda de imóveis na planta. Uma delas afirma que construtoras devem indenizar os compradores de imóveis na planta quando as obras atrasarem.

Prevaleceu entendimento unânime seguindo o voto do relator, ministro Marco Aurélio Bellizze. Para ele, não se pode fixar prazo estimativo para a entrega da unidade imobiliária.

“É impositivo que as incorporadoras, mediante programação administrativa e financeira prévia, estabeleçam em seus contratos o prazo para a entrega de imóvel, de maneira indene de dúvidas, utilizando-se de critérios dotados de objetividade e clareza, que não estejam vinculados a nenhum negócio jurídico futuro”, disse.

O ministro afirmou ainda que para efeito de responsabilização por atraso na entrega do imóvel, é irrelevante se o contrato é regido por normas do Sistema Financeiro de Habitação ou pelas regras do programa Minha Casa, Minha Vida.

“Isso porque o descumprimento contratual envolve apenas a relação de consumo da promitente-vendedora e adquirente da unidade autônoma: “Ficando evidenciado o atraso injustificado na entrega da obra é devido o pagamento de indenização ao comprador”, explicou.

A decisão não se aplica a imóveis comprados para investimento, uma vez que o programa se restringe a compras para “o fim de residência própria”. E o prazo de entrega de cada imóvel é o observado no contrato de cada unidade, e não no de outros eventuais moradores do mesmo prédio. “O contrato de venda de imóvel deve observar os prazos porque também é obrigado a seguir o Código de Defesa do Consumidor”, explicou o ministro.

FÁBIO CAMPANA

Ex-prefeito é condenado

A Justiça de Cantagalo, na região Centro-Sul do Paraná, condenou à prisão o ex-prefeito Pedro Clarismundo Borelli. A decisão atende denúncia do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que afirma que o então governante da cidade receiptou uma carga roubada de quase 4 mil unidades de cerveja e vendeu na danceteria que era dono. A decisão foi publicada no último dia 3 de setembro. Segundo o MP-PR, a carga foi saqueada após o tombamento de um caminhão na BR-277. A cerveja é avaliada em R\$ 6.753,24, mas Borelli teria pago R\$ 4.000,00 por ela.

13 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

Presos serão periciados para apuração sobre tortura

Pepita Ortega

Agência Estado

São Paulo - A Justiça Federal do Pará decidiu que o MPF (Ministério Público Federal) poderá requisitar aleatoriamente que detentos de presídios do Estado sejam periciados para verificar eventuais evidências de crimes de tortura. A sentença foi proferida durante audiência preliminar de conciliação realizada pelo juiz Jorge Ferraz de Oliveira Junior, da 5ª Vara Federal do Pará, no âmbito de uma ação coletiva. As informações foram divulgadas pela Procuradoria do Pará.

A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Paraná contra a União e o Estado do Pará no último dia 30. A Procuradoria indica que tem recebido denúncias de tortura relativas ao tratamento dos presos de unidades prisionais da região metropolitana de Belém que estão sob controle da FTIP (Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária) desde o início de agosto.

Segundo o MPF, foram relatados casos de relatos de violência física e moral, privação de alimentação, de água e de medicamentos, falta de assistência à saúde e de materiais de higiene. Além disso, os procuradores receberam informações sobre suspensão do direito às visitas de familiares, e de advogados, integrantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no exercício da fiscalização do sis-

tema penitenciário, e de integrantes do Copen (Conselho Penitenciário do Estado do Pará).

No dia 4 de setembro, o juiz determinou que fosse realizada uma audiência entre as partes e o encontro ficou marcado para a tarde desta terça (10). Participaram da reunião representantes do MPF, da União, do Estado do Pará, da Defensoria Pública da União, da OAB, do Copen, da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas e da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos.

Além das perícias, a sentença determinou também a retomada do direito de entrevista pessoal e reservada aos advogados e defensores com os detentos, independentemente de agendamento, e garantiu a retomada das fiscalizações do Copen.

A volta das visitas dos familiares dos presos ficou estabelecida para a partir do próximo dia 21. As permissões voltaram a valer nesta quarta-feira (11) no complexo penitenciário de Americano, no município de Santa Izabel, e entrarão em vigor no CRF (Centro de Reeducação Feminino) e na CTMII (Central de Triage Metropolitana II), ambos em Ananindeua, a partir da próxima segunda-feira (16).

As determinações no CRF e no CTMII só voltam a valer na segunda porque ainda não foram concluídos os trabalhos de separação das presas, e de retirada de celulares e de eventuais outros ins-

trumentos que possam ser utilizados para a prática de crimes.

O acordo garante ainda fiscalização do Copen, Ordem dos Advogados do Brasil, MPF, Defensoria Pública do Estado e Defensoria Pública da União nos presídios. A visita será realizada ainda nesta semana, com pelo menos nove pessoas.

Com relação à perícia dos presos, o MPF e o Estado do Pará vão estabelecer conjuntamente os parâmetros para os exames - local de realização, quantidade de presos a serem periciados, quantidade de dias a serem destinados para esses trabalhos, e quesitos a serem observados, de acordo com as diretrizes do Protocolo de Istambul.

Produzido no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas) e ratificado pelo Brasil, o Protocolo de Istambul é um manual para a investigação e documentação eficaz da tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

13 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

Em última sessão de Dodge no STF, Mello prega independência do MP

Reynaldo Turolo Jr.

Folhapress

Brasília - O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, disse nesta quinta-feira (12), na última sessão plenária com participação da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que o Ministério Público deve atuar com independência, sem servir a governos ou grupos ideológicos. O mandato de Dodge na PGR (Procuradoria-Geral da República) termina na próxima terça (17). "O Ministério Público não serve a governos, não serve a pessoas, não serve a grupos ideológicos. O Ministério Público não se curva à onipotência do poder, não importa a elevadíssima posição que autoridades possam ostentar na hierarquia da República", discursou Celso de Mello por ocasião da despedida de Dodge.

O presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, também lembrou que Dodge foi a primeira mulher a chefiar o Ministério Público Federal e afirmou que ela exerceu a função com maestria e firmeza. "Sem um Ministério Público forte, os valores democráticos e republicanos desenhados na Constituição de 1988 estariam permanentemente ameaçados. O Judiciário não age de ofício. É preciso um ator [para provocá-lo]", disse Toffoli, enumerando, em seguida, ações ajuizadas por Dodge.

Dodge, por sua vez, teceu elogios ao Supremo e agradeceu aos ministros pelo período em que

atuou na corte. "Meu plano de trabalho era fortalecer a democracia liberal e agir com ética e firmeza. Afinal, como primeira mulher neste honroso cargo, queria poder inspirar as brasileiras a realizarem seus sonhos, e, com exemplo, zelo e dedicação, nutrir a esperança de todos no trabalho feminino", disse a PGR.

Ela ainda destacou a atuação do Ministério Público na defesa das minorias e do meio ambiente e terminou seu discurso falando de ameaças à ordem democrática. "Permitam-me fazer um alerta para que fiquem atentos a todos os sinais de pressão sobre a democracia liberal, vez que no Brasil e no mundo surgem vozes contrárias ao regime de leis, ao respeito aos direitos fundamentais e ao meio ambiente sadio também para as futuras gerações", disse Dodge.

SABATINA

O escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para sucedê-la no cargo foi o subprocurador-geral Augusto Aras, que deve ser sabatinado no Senado no próximo dia 25. Antes de indicar Aras para a PGR, Bolsonaro declarou à imprensa que procurava um nome de alguém que não fosse um "xiita ambiental". As declarações do presidente para justificar a escolha do próximo procurador-geral motivaram críticas de membros do Ministério Público, que dizem temer que a instituição perca independência.

13 SET 2019

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Coaf de novo

O Ministério Público do Rio de Janeiro está com um relatório do Coaf indicando movimentação atípica de R\$ 2,5 milhões na conta do deputado David Miranda abrangendo o período de abril de 2018 a março de 2019. O parlamentar alega que os valores são compatíveis com sua renda. Em sua defesa, ele disse que além dos R\$ 33,7 mil como parlamentar é sócio do marido jornalista Glenn Greenwald, editor do The Intercept Brasil. Os mil olhos do doutor Mabuse são a rotina dos nossos dias. Vejamos as coincidências: o relatório foi enviado ao Ministério Público em 11 de junho, dois dias após a publicação da primeira reportagem do Intercept sobre a Lava Jato.

Por falar em Lava Jato, se anunciam para outubro no STF alguns julgamentos que dizem respeito à operação no exame da constitucionalidade das prisões pós decisão de segunda instância, e o caso da sentença de Moro a Aldemir Bendine, ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, revista recentemente pela corte. O ativismo da Lava Jato como ações desencadeadas contra o governo de Dilma Rousseff mostra que procura dar respostas aos questionamentos ao manter a linha punitiva.

TRIBUNA DO PARANÁ

EM

LIBERDADE

13 SET 2019

Com a soltura, Cristiana e a filha Allana têm que ficar em casa

Cristiana Brittes teve a prisão revogada e saiu da penitenciária, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, mas precisará ficar em casa, em São José dos Pinhais, também na RMC. Apesar de ela e a filha Allana poderem morar juntas, elas não podem ter contato com nenhuma outra parte do processo, inclusive o patriarca da família, Edison Brittes, réu confesso do assassinato.

A decisão é da juíza Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais. Cristiana é acusada de homicídio qualificado por motivo torpe, coação do curso de processo, fraude processual e corrupção de menor. A filha do casal, Allana Brittes, responde por coação, fraude processual e corrupção de adolescente.

Conforme a decisão da magistrada, Cristiana vai usar uma tornozeleira eletrônica, além de precisar cumprir algumas medidas cautelares. A juíza justificou a soltura de Cristiana pelo fato dela ter uma filha adolescente, não ter antecedentes criminais e ter residência fixa. "É certo que a requerente possui residência própria, fixa, tinha emprego e, mais, tem uma filha de doze anos de idade. Isso, somado ao fato de que não possui outros registros criminais, evidencia que a sua liberdade não representa,

ao menos por ora, relevante perigo para o corpo social".

De acordo com o advogado que representa a família do jogador, Nilton Ribeiro, e que também atua como assistente de acusação, não há surpresa na soltura de

Cristiana. Conforme nota, é "digno de destaque" na decisão o trecho que a magistrada diz que a liberdade da ré não diminui a intensidade do fato. Discordando da decisão, a assistência de acusação ressalta que segue os esforços em busca de justiça.

Conforme a defesa da família Brittes, a revogação da prisão de Cristiana é encarada como consequência do curso do processo. Segundo nota, a ré não deveria ter sido presa. Para a defesa, Cristiana foi vítima de abuso e violência sexual.

TRIBUNA DO PARANÁ

'SÓ QUERO JUSTIÇA'

13 SET 2019

Alex Silveira
alexss@tribunadoparana.com.br

Após mais de sete anos, começou ontem o júri popular do processo sobre a morte do torcedor do Paraná Clube Diego Henrique Raab Goncioro, então com 16 anos. O crime ocorreu no dia 1º de julho de 2012, horas antes de começar a partida entre Coritiba e Sport Recife, no Couto Pereira. O jovem era integrante da torcida organizada Fúria Independente e foi baleado no rosto, em frente à sede da torcida, na Rua Doutor João Skalski, no Jardim Botânico. Ele estava com um grupo de jovens, que iria apoiar a torcida do Sport.

O julgamento começou às 13h30, no Tribunal do Júri, no Centro Cívico, depois de uma longa espera da família. Ao todo, o júri tem previsão para durar quatro dias. Até às 17h de ontem, a primeira testemunha ainda estava sendo ouvida. Os réus são Gilson da Silva Teles, Fábio Marques e Juliano Rodrigues. Fábio Marques, conhecido como "Barba Ruiva", foi o autor dos disparos. Gilson da Silva Teles dirigia o carro utilizado e Juliano Rodrigues era o proprietário da arma.

Durante júri, a mãe da vítima, Doroteia Raab, 49 anos, disse não ter conseguido encarar os autores da morte do filho. "Foi difícil, foi muito difícil, só vim mesmo porque senão iam achar que ele não tinha mãe.

Meu coração tá muito apertado. Não tô lá dentro, para não ficar olhando a cara das pessoas que tiraram a vida do meu filho. Ele não vai voltar mais, mas lá de cima ele tá vendo, vendo a gente aqui embaixo. Tô tendo bastante força, não sei de onde tirei tanta força, desde o dia que eu soube o que aconteceu com ele. Só Deus e Nossa Senhora para darem força pra gente", disse.

Mãe de torcedor do Paraná Clube assassinado em 2012 quer ver os assassinos atrás das grades.

Sobre a demora para o júri ocorrer, a Doroteia desabafou. "Faz sete anos né, sete anos que a gente está esperando, vamos ver agora. Só quero ver eles presos, atrás das grades. Não é justo tirarem a vida do meu filho, um menino que não fazia mal pra ninguém, que ia fazer 17 anos no dia 15 de julho. Ele tinha tudo pela frente, um piá que respeitava todo mundo, não era mal educado e todo mundo gostava dele".

No dia do crime, em 2012, a mãe contou que estava almoçando e sentiu um calafrio. "Falei pra minha filha: 'Você está com frio?' Ela disse, 'não tô mãe'. Logo depois o telefone tocou e ela aten-

deu. Eram os policiais, eles ligaram e pediram para falar com o pai do Diego. Ele atendeu e disseram para ele ir no hospital, que o Diego estava lá. Meu marido soube que o Diego tinha falecido dentro do carro, quando estava indo para o hospital. Foi difícil de ver o menino ali do nosso lado, e dali pouco minutos, receber a notícia de que ele tinha falecido", relatou ela, que além da filha, de 21 anos, tem também outro filho, de 26 anos.

O caso

No dia do crime, Diego e outros integrantes da Fúria Independente, organizada do Paraná, participavam de um churrasco na frente da sede da torcida, próximo à Vila Capanema. Integrantes da torcida Os Fanáticos, do Atlético, chegaram em dois carros numa das esquinas próximas e efetuaram vários disparos. Um deles acertou Diego, que morreu a caminho do hospital.

O crime teria sido motivado por um acerto de contas, já que dias antes ocorreu uma outra confusão envolvendo torcedores do Sport e paranistas. Há duas facções dentro da torcida do Sport, uma parceira do Paraná, outra do Atlético. Os rivais teriam entrado em conflito duas vezes, em Recife e Curitiba. O ataque dos atleticanos, que tomaram as dores dos parceiros, foi o desfecho da história.

13 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO
**'Moro de saia',
senadora relata
pressão de Flávio contra CPI**

Juíza Selma (PSL-MT) diz que filho do presidente
tenta inviabilizar investigação



**Selma
Rosane
Santos
Arruda, 66**

A senadora Juíza Selma (PSL-MT), é juíza aposentada. Nascida em Camaquã (RS), ficou conhecida como "Moro de saia" e entrou na política partidária em 2018, quando disputou sua primeira eleição

“

Alguém disse para ele [Flávio Bolsonaro] que nós tínhamos assinado uma CPI que iria prejudicar ele e ele falou comigo meio chateado, num tom meio estranho.

Eu me recuso a ouvir grito, então, desliguei o telefone

CONTINUA

ENTREVISTA JUÍZA SELMA

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Uma das signatárias do requerimento para criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar integrantes do Supremo

Tribunal Federal, a senadora Juíza Selma (PSL-MT), 56, disse que foi procurada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, para retirar sua assinatura e inviabilizar a CPI da Lava Toga

À Folha, Selma disse que Flávio chegou a gritar com ela ao telefone. "Eu me recuso a ouvir grito, então desliguei", diz.

Nesta semana, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou favoravelmente à cassação do mandato da senadora por caixa dois e abuso de poder econômico.

A PGR diz que a campanha deixou de contabilizar R\$ 1,232 milhão e omitiu 72,29% dos gastos. Selma diz que está sendo acusada por algo que fez na pré-campanha.

Seu gabinete divulgou nota no início da semana informando que, por causa de "divergências políticas internas" e "pressão partidária pela derrubada da CPI da Lava Toga", a sra. cogitava deixar o partido. A sra. está de saída do PSL? Estou cogitando ainda, conversando com alguns partidos. Mas não pretendo sair da base do governo.

De onde partiu essa pressão? A pressão vem de todo lado. A gente sofre um bombardeio. Ontem [quarta-feira, 11], um dos senadores que assinou também relatou que está sendo pressionado. Mas, das pessoas que assinaram, a mais vulnerável sou eu porque tenho um processo na Justiça. Sou sempre a mais atingida.

A sra. diz que a pressão vem de todo lado, mas na nota colocou que há divergências internas. Internamente, de onde está vindo esta pressão? Divergência política não é necessariamente a pressão. Vejo no PSL um partido que ainda não se estruturou como um partido. Ele não acolhe, ainda é um partido muito novo, de muita gente sem história política. Não sabe o que é se comportar num partido. Nunca tive uma pessoa do partido para me defender publicamente. Você já viu alguma declaração do presidente do partido dizendo "a senadora Selma tem todo o nosso apoio"? Não. Eles estão, evidentemente, me ajudando, inclusive pagando meu advogado. Mas não é uma coisa que você sinta a acolhida, você se sente solta.

O senador Flávio chegou a pedir à sra. que retirasse a assinatura? Chegou.

Como foi esta conversa? Não vou te contar detalhes.

Por quê? Porque é melhor não. Mas pediu. Davi Alcolumbre pediu também. Tenho recebido alguns recados até mais, digamos, chatos, tipo "cuidado, você tem um processo, tira a assinatura". Não vou tirar não. Prefiro perder o processo.

Esta relação entre seu processo e a retirada de assinatura foi feita pelo senador Flávio ou pelo presidente Davi? Não. O que eles argumentam é que uma CPI vai trazer instabilidade para o Brasil porque vai mexer com as instituições, com a integridade delas, etc. Não acredito nisso.

Quem fez esta condicionante então? Pessoas do partido. É gente do partido que veio com esta conversa "olha, você tem que se aproximar do pessoal porque aí vão te ajudar". Deste pessoal que é alvo de CPI.

Mas não o Flávio? Não foi o Flávio.

O Flávio falou como colega da sra. ou como filho do presidente da República? Não dá para dissociar. Ele estava um pouco chateado. Alguém disse para ele que nós tínhamos assinado uma CPI que iria prejudicar ele e ele falou comigo meio chateado, num tom meio estranho. Eu me recuso a ouvir grito, então, desliguei o telefone.

Ele chegou a gritar com a sra.? A pessoa fala exaltada, né? E era uma coisa que não era verdade, portanto não dei atenção.

Qual o sentimento da sra. diante disso? Não sei se compreendo muito bem por que razão ele teria feito isso, mas acho que, talvez, mais decepcionada. Ele é uma pessoa tão agradável, tão simpática.

Depois disso houve algum contato? Nenhum contato.

Acha que teve anuência do presidente? Acho que não.

O que leva a sra. a crer que não? Não tenho nenhum elemento para achar que sim.

Algum recado chegou depois que a sra. deixou claro que não retiraria a assinatura? Todo dia recebo um. Acho que o recado da Raquel Dodge foi o mais claro.

Qual a relação que a sra. estabelece? Em tese a procuradora-geral não teria motivos para ajudar o presidente, já que ela foi preterida na escolha para a PGR. A não ser que este parecer já estivesse pronto bem antes, quando ainda havia alguma esperança e, depois, acabou indo por descuido de alguém. Já li também uma outra posição em que alguém diz que é vingança porque ela teria sido preterida, então ela resolveu perseguir os bolsonaristas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 13 SET 2019

CONTINUAÇÃO

O quanto da sua votação a sra. atribuiu ao fato de ter sido candidata pelo partido de Bolsonaro? Uma boa parte. Só não atribuo tudo. Eu já tinha uma história, um serviço prestado para o estado. Eu era uma pessoa conhecida, as pessoas me chamavam de “Moro de saia”, me cumprimentavam, me abraçavam. Não era uma desconhecida que saiu do nada e se elegeu porque estava no partido do presidente. Ajudou? Ajudou, mas tenho meus méritos.

Que postura a sra. espera do presidente Bolsonaro diante destes últimos acontecimentos? Vou continuar apoiando o governo naquilo que eu tiver convicção de que é bom para o país. Quero muito que tudo dê muito certo, que a história tenha um final feliz.

Num primeiro momento parece contraditório a sra., que foi juíza, defender uma CPI para investigar o Judiciário. A magistratura de primeiro e segundo grau quer CPI, quer impeachment porque cansou de passar vergonha alheia. Os juízes não aguentam mais ter esta mácula na profissão.

Atacar o Supremo não coloca a democracia em risco? Não é atacar o Supremo. É investigar um ministro.

A sra. acredita que a democracia no país sofre algum risco hoje? Não. Tenho certeza absoluta que não.

Mesmo com as declarações do vereador Carlos Bolsonaro agora e do deputado Eduardo Bolsonaro lá atrás? Vereador, deputado, não é o presidente da República.

Mas é da família do presidente. Nem tudo o que a tua família fala você acredita.

O próprio presidente mistura esta relação. Com certeza. Mas não vejo que haja risco.

A PGR diz que a campanha da sra. deixou de contabilizar R\$ 1,232 milhão e omitiu 72,29% dos gastos. Isso aconteceu? Na pré-campanha, fiz alguns trabalhos. Contratei pesquisa qualitativa e uma quantitativa e um trabalho de imagem. Era um ato de pré-campanha e eu precisava ver se eu tinha viabilidade. Foi em abril. Entrou como caixa dois porque eu não prestei contas, só que ninguém presta conta do que gastou fora da campanha.

A sra. teme ser cassada por não ter atendido ao pedido de um colega de partido? Tenho confiança no TSE. Acho que este ranço da política de Mato Grosso não chega aqui e os ministros, principalmente esta composição que está aí agora, é muito reta.

O PSL está sendo investigado por candidaturas de laranjas. A sra. ouviu falar sobre isso durante a disputa? Lá [em MT], se teve, foi quieto. É muito bonito você dizer “tem que ter cota para a mulher porque a mulher tem que participar da política”. Ela tem se ela quiser. Obrigar a ter cota é pedir para ter laranja. Até porque mulher não gosta de política. Não é uma tradição nossa ter mulheres na política. As pessoas dizem “não, política é uma coisa muito suja para mulher, deixa homem”. Quase apanhei das mulheres aqui do Senado por causa disso. Não acredito em cota para preto, para homossexual. As pessoas têm que ser tratadas iguais. Cota, ela que afasta em vez de integrar.

A sra. não concorda que é uma maneira de reparação a grupos que sempre foram preteridos? A maneira de estabelecer uma reparação é tratando igual, é dando escola boa para preto, para pobre, para todo mundo. Quer ver uma coisa que acho que separa? Femicídio. Toda mulher que

morre é feminicídio. Não. Não pode ser. Por que tem que ter um crime específico de feminicídio? É um homicídio como qualquer outro. Agora, matar mulher tem que ser diferente? Claro que a violência doméstica é grande. Mas por que não ataca a causa, então? Faz campanha educativa, pega esses machos e “para de ser machista”.

13 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

Juiz fez estimativa falha e sem perícia ao condenar Haddad por caixa dois

Análise da conta de luz de gráfica usada pelo petista em 2012 foi a base da sentença da Justiça Eleitoral

Flávio Ferreira

SÃO PAULO A Justiça Eleitoral condenou o ex-prefeito Fernando Haddad (PT) pelo crime de caixa dois com base em uma avaliação do consumo de energia elétrica de uma gráfica feita pelo juiz sem perícia técnica. Essa mesma análise teve como resultado uma estimativa equivocada de gastos de eletricidade na impressão de material de campanha.

De acordo com o juiz Francisco Carlos Shintate, autor da sentença, duas gráficas emitiram notas fiscais frias para a campanha vitoriosa de Haddad à Prefeitura de São Paulo em 2012. Para o magistrado, o petista cometeu crime eleitoral ao incluir esses documentos em sua prestação de contas.

Segundo o juiz, ficou provado no processo que Haddad não participou da falsificação das notas fiscais, mas mostrou desinteresse pela verificação da documentação de gráficas fornecedoras e, dessa forma, "assumiu o risco" de que tais papéis frios fossem inseridos nos registros oficiais de sua campanha.

A pena aplicada a Haddad em agosto deste ano foi de quatro anos e seis meses de prisão em regime semiaberto, mas o petista pode recorrer em liberdade ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral).

No processo na Justiça Eleitoral, foram examinados os envoltórios da LWC Editora Gráfica e da Cândido Oliveira Gráfica, apontadas como as emissoras de notas fiscais falsas à campanha de Haddad.

No caso da LWC, o juiz Shintate afirmou, sem parecer técnico, que a gráfica não teve aumento substancial de consumo de energia no período eleitoral de 2012 e isso indicou que a empresa não produziu efetivamente o material de propaganda eleitoral registrado nos documentos fiscais fornecidos para o petista.

A tabela usada pelo juiz como fundamento para a decisão foi incluída na sentença. Com ela, é possível comparar os gastos de energia da gráfica nos meses de agosto e setembro de 2012, bimestre de pico das campanhas, com os dados relativos ao mesmo período do ano anterior, quando não houve eleição.

Assim, em relação a agosto, a elevação foi de 50% na comparação entre os consumos de 2011 e 2012 (46,3 mil kWh e 69,4 mil kWh, respectivamente). Quanto a setembro, o acréscimo foi de 33% (62 mil kWh em 2011 e 82,6 mil kWh em 2012).

Segundo a decisão judicial, esses aumentos na conta de luz não foram significativos, conclusão que foi uma das bases da condenação de Haddad.

Mas três técnicos do setor de gráficas e um de uma fabricante de máquinas ouvidos pela Folha afirmam que o acréscimo de pelo menos 20 mil kWh verificados nesses dois meses seriam suficientes para a produção do material declarado por Haddad.

Segundo levantamento feito pela reportagem nas notas fiscais declaradas pelo petista, a LWC produziu 4,8 milhões de panfletos e 3,7 milhões de cards (propaganda em papel duro, do tamanho de um cartão de visita) em agosto de 2012. No mês seguinte, a produção foi de 300 mil panfletos, 900 mil folhetos e 3 milhões de cards.

A **Folha** também pediu à defesa de Francisco Carlos de Souza, conhecido como Chicaço, dono da gráfica, a relação de equipamentos que a firma usava à época. Com base nesses dados, a reportagem procurou uma das fabricantes das máquinas e solicitou um cálculo do consumo de energia para produção da quantidade de material de campanha que consta nas notas fiscais de Haddad.

CONTINUA

Segundo a estimativa da fabricante, que preferiu não ser identificada, a produção de 4,8 milhões de panfletos e 3,7 milhões de cards consumiria ao todo 10,7 mil kWh em 204 horas de trabalho. Já a confecção de 300 mil panfletos, 900 mil folhetos e 3 milhões de cards empregaria 2.800 kWh em 53 horas de trabalho, de acordo com a estimativa.

Assim, para os técnicos ouvidos pela reportagem, a sentença apresenta dois problemas: não houve perícia técnica no processo e houve equívoco no argumento de que o aumento no consumo de energia da gráfica LWC não foi significativo em agosto e setembro de 2012.

Em relação à outra empresa acusada, a Cândido Oliveira Gráfica, a defesa da firma apresentou uma alteração de contrato social e disse que meses antes das eleições ocorreu uma mudança no local de produção de material de campanha, mas essa situação não foi registrada na concessionária de energia.

A gráfica juntou aos autos uma conta de energia de seu novo endereço, que ainda estava em nome de outra empresa, do mês de setembro de 2012, período de campanha, com consumo de 55 mil kWh. O magistrado, porém, entendeu que tais documentos não serviram para comprovar que a gráfica prestou os serviços descritos nas notas que emitiu para Haddad.

O juiz ainda argumentou que um levantamento da Polícia Federal mostrou que a empresa tinha seis funcionários à época da eleição e que tal número seria insuficiente para produzir o material. Mas, a exemplo da avaliação sobre o consumo de energia elétrica, não usou nenhuma perícia específica e teve por base apenas dados levantados pela PF.

Uma outra justificativa apresentada pelo juiz foi a de que as gráficas não utilizaram insumos suficientes para a realização dos trabalhos, novamente sem um laudo sobre o tema.

O gasto total da campanha de Haddad em 2012 foi de R\$ 68 milhões (R\$ 99,3 milhões, em valores atualizados pelo IPCA). As despesas declaradas com as gráficas foram de R\$ 607 mil (R\$ 890 mil, com a correção monetária).

De acordo com o magistrado, em interrogatório, Haddad disse que não se preocupava em controlar diretamente as despesas de campanha e delegava tal atividade a Francisco Macena, o tesoureiro responsável pelas contas do petista. Para o juiz, foi essa postura de Haddad que permitiu a responsabilização dele no caso.

O juiz Shintate entendeu que o fato de a prestação de contas de Haddad trazer essas notas levou à configuração do crime que, no jargão técnico, é denominado falsidade ideológica para fins eleitorais, previsto no artigo 350 do Código Eleitoral. Esse foi o delito expressamente mencionado no pedido de condenação que consta na denúncia oferecida pelo Ministério Público em maio de 2018.

O magistrado absolveu Haddad quanto à prática de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, improbidade e quadrilha. Para tratar desses outros delitos, invocou decisões recentes do STF que autorizam juízes eleitorais a apreciar crimes comuns conexos às condutas delituosas de natureza eleitoral.

Apesar de a denúncia somente ter requerido a punição de Haddad pelo crime de falsidade ideológica para fins eleitorais, a peça acusatória descreveu outras situações, como o suposto repas-

se de dinheiro oriundo do esquema de corrupção na Petrobras, investigado na Operação Lava Jato, para pagar dívidas de campanha do ex-prefeito.

Com base nesse relato da denúncia e nas decisões recentes do STF sobre crimes conexos, o juiz eleitoral absolveu Haddad.

Os donos das gráficas apontadas no processo, Francisco Carlos de Souza e Ronaldo Cândido de Jesus, também foram punidos pelo crime comum de quadrilha, além do delito de falsidade ideológica para fins eleitorais.

Magistrado não fala; defesas dizem que recorrem de decisão

OUTRO LADO

A Folha procurou o juiz Francisco Shintate por meio da assessoria de imprensa do Tribunal Regional Eleitoral, antecipou o teor da reportagem, mas o órgão informou que, "por impedimento legal", o juiz não iria se pronunciar.

A reportagem também procurou o Ministério Público estadual e a Polícia Federal, informou a eles o conteúdo da reportagem, mas nenhum dos órgãos se manifestou.

O criminalista Pierpaolo Bottini, advogado de Haddad, disse que a defesa não apresentou pedido de perícia no processo pois "o ônus da prova é da acusação".

Bottini informou que recorreu da decisão e que apresentará seus argumentos ao TRE.

O advogado de Francisco Souza e Ronaldo Cândido de Jesus, Ismar Marcilio de Freitas Neto, afirmou que não solicitou a produção de laudos na causa porque "tal afirmação — incapacidade produtiva — nunca havia sido objeto do processo". "Já foi apresentado o recurso cabível", afirmou o advogado.

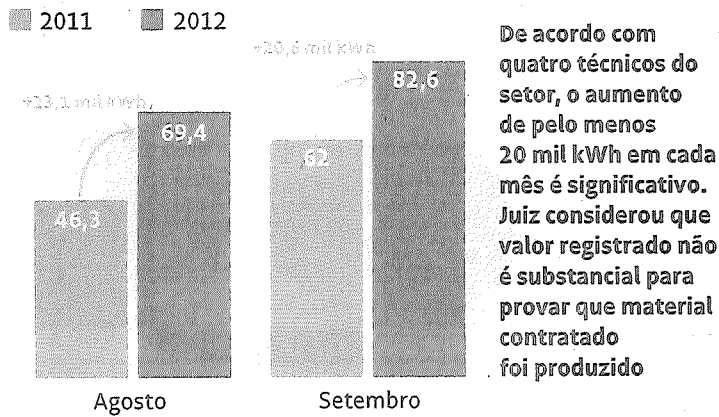
13 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Técnicos avaliam que gasto de luz por gráfica contratada pela campanha de Haddad atendeu ao esperado

Consumo de energia da LWC Editora Gráfica, em mil kWh



Material produzido pela gráfica para a campanha de 2012

	Panfletos, cards e folhetos, em milhões de unidades	Energia necessária	Horas de trabalho
Agosto	8,5	10,7 mil kWh	204
Setembro	4,2	2,8 mil kWh	53

R\$ 99,3 milhões*

é o gasto total da campanha de Fernando Haddad

R\$ 890 mil* foram gastos com gráficas

*Valor corrigido pela inflação

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Puxadinho do Planalto

BRASÍLIA No mesmo dia em que o decano do STF alertou que o Ministério Público não deve servir a governos ou ideologias, o futuro chefe do órgão mostrou que pretende fazer exatamente o contrário. Augusto Aras ainda não foi aprovado para o cargo de procurador-geral, mas já começou a trabalhar pelo bolsonarismo.

Os primeiros movimentos do escolhido para o posto demonstram um empenho claro em aparelhar o comando da PGR. Em busca de integrantes para sua equipe, Aras se reuniu com procuradores que apoiam fervorosamente Jair Bolsonaro e demonstram alinhamento com suas teses mais radicais.

Um desses nomes é Guilherme Schelb, crítico da corrente inexistente batizada pelos ultraconservadores de “ideologia de gênero” e padroeiro do Escola sem Partido, que estimula a patrulha de professores.

A afinidade entre o procurador e o governo é tão grande que, no início do ano, ele quase foi escolhido para o Ministério da Educação — cargo que, depois, ficou com dois discípulos do polemista Olavo de Carvalho.

Se indicar Schelb para sua equipe, Aras levará de carona um espantoso ideológico que pode interditar parte da defesa dos direitos individuais, uma das missões do órgão.

O escolhido para a PGR também se reuniu com Ailton Benedito e Eitel Santiago, segundo o jornal O Globo. O primeiro é um notório apoiador de Bolsonaro. O segundo foi elogiado por Aras por ter feito “um dos discursos mais inflamados contra o atentado que sofreu o presidente”.

A afinação política foi ouvida no Supremo. Na sessão de despedida de Raquel Dodge, que não era muito popular na corte, o ministro Celso de Mello disse que o Ministério Público não se deve curvar “aos desígnios do poder político, econômico, corporativo ou ainda religioso”.

Nesse sentido, Aras parece ser um caso perdido, mas o recado foi direcionado aos procuradores de instâncias inferiores. Se as palavras do decano forem seguidas pelos outros ministros, a cúpula da PGR deve encontrar alguma resistência no tribunal.

13 SET 2019

13 SET 2019
FOLHA DE S. PAULO



Procuradoria não serve a governos, diz decano do STF

BRASÍLIA O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Celso de Mello, disse nesta quinta-feira (12), na última sessão plenária com participação da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que o Ministério Público deve atuar com independência, sem servir a governos ou grupos ideológicos.

O mandato de Dodge na PGR (Procuradoria-Geral da República) termina na próxima terça (17). O escolhido por Jair Bolsonaro (PSL) para sucedê-la no cargo foi o subprocurador-geral Augusto Aras, que deve ser sabatinado no Senado no próximo dia 25. Ele enfrentou críticas de colegas ao manter discurso alinhado às ideias do presidente.

“O Ministério Público não serve a governos, não serve a pessoas, não serve a grupos ideológicos. O Ministério Público não se curva à onipotência do poder, não importa a elevadíssima posição que autoridades possam ostentar na hierarquia da República”, discursou Celso de Mello por ocasião da despedida de Dodge.

A procuradora-geral poderia ter sido reconduzida, mas acabou preterida por Bolsonaro. Ele também abriu mão da lista triplíce feita a partir de eleição da categoria — e que vinha sendo acolhida desde 2003.

No Supremo, Dodge fez discurso pedindo “um alerta para que fiquem atentos a todos os sinais de pressão sobre a democracia liberal”.

“Neste cenário, é grave a responsabilidade do Ministério Público e do Supremo Tribunal Federal”, afirmou Dodge. Reynaldo Turolo Jr.

Justiça determina reabertura de mostra de charges em Porto Alegre

PORTO ALEGRE As charges críticas ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) e ao seu governo, censuradas pela Câmara Municipal de Porto Alegre no início do mês, devem ser exibidas novamente ao público, ordenou a Justiça.

A decisão liminar (provisória) determina que as charges sejam “realocadas prontamente” no mesmo espaço e durante os 12 dias previstos originalmente. A decisão desta quinta (12) é do juiz Cristiano Vilhalba Flores, da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Chamada de “O Riso é Risco: Independência em Risco - Desenhos de Humor”, a mostra foi vista apenas entre as 19h da segunda (2) e o início da tarde de terça (3), quando foi recolhida por ordem da presidente da Câmara,

a vereadora Mônica Leal (PP). A mostra deveria ficar em cartaz até 13 de setembro, mas foi censurada.

A Câmara cumprirá a liminar sem recorrer.

“No caso específico das charges, embora sempre tendo cunho humorístico, questões políticas ou ideológicas são de sua essência e jamais poderão ser reguladas por um padrão legal ou ético, pois, naturalmente, sua interpretação será sempre feita de forma parcial, política, ou ideológica, logo, subjetiva”, escreveu o juiz.

A mostra com 36 desenhos de 19 artistas, foi organizada pelo Grafistas Associados do Rio Grande do Sul (Grafar) com apoio do vereador Marcelo Sgarbossa (PT).

Paula Sperb

PAINEL DO LEITOR

Justiça com as mãos

“Deputado do PSL oferece R\$ 10 mil a quem matar suspeito de assassinato no ES” (Poder, 12/9). Quer dizer que esse sujeito está utilizando meu dinheiro para interesses particulares, não para interesses do Estado? Interessante esse desvirtuamento.

Cristiano Frota (Fortaleza, CE)

Além da tragédia que foi a morte da menina, ainda temos de aguentar esse tipo de coisa.

Joaquim Salomão (Curitiba, PR)

Absurdo! Se a Assembleia e a Justiça capixabas não tomarem a iniciativa de cassar o mandato do deputado, não haverá mais Justiça, não haverá mais país no sentido próprio.

Ricardo Andrade (Brasília, DF)

Se fala isso ao vivo, imagine às sombras.

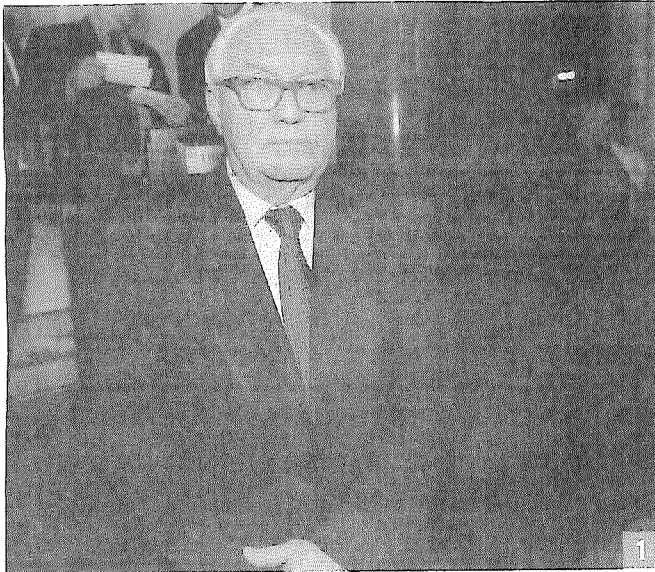
Dilson Batista Ferreira Ferreira (Maceió, AL)

PAINEL





ASVP Ministros do Supremo foram informados officiosamente dos relatos de desvios na Receita. Motivo: um dos fatores que agravou a crise no órgão foi a descoberta de que integrantes do STF e seus parentes tiveram as contas devassadas por auditores.

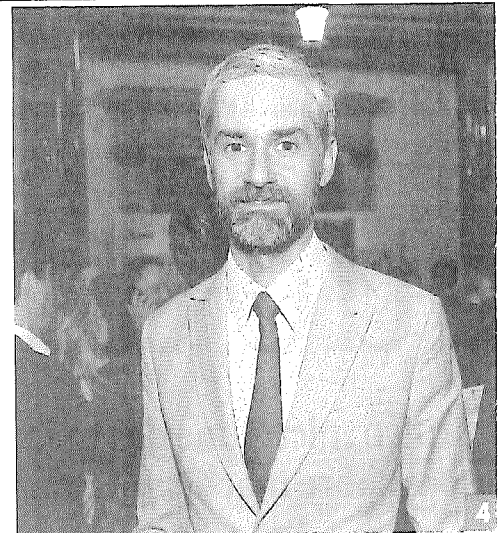
13 SET 2019

FOLHA DE S. PAULO
MÔNICA BERGAMO



TODOS OS ANOS

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Manoel Pereira Calças , esteve no lançamento do "Anuário da Justiça São Paulo 2019", publicado pela editora Consultor Jurídico, na sede do tribunal, na quarta-feira (11). Os advogados Fábio Tofic Simantob , Cristiano Zanin Martins  e Augusto de Arruda Botelho  também compareceram ao evento.



13 SET 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça revoga prisão de Cristiana Brittes

A Justiça revogou a prisão preventiva de Cristiana Brittes, ré no processo sobre a morte do jogador Daniel Corrêa Freitas. A decisão, desta quinta-feira (12), é da juíza Luciani Regina Martins de Paula, da 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais.

Cristiana está presa, desde o fim de outubro do ano passado, na Penitenciária Feminina do Paraná, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Até a publicação desta reportagem não havia previsão de saída dela da penitenciária.

Cristiana responde por homicídio qualificado por motivo torpe, coação do curso de processo, fraude processual e corrupção de menor. Na decisão desta quinta-feira, foi concedida a liberdade provisória sem fiança e aplicação das demais medidas cautelares. Veja mais abaixo as medidas. ■

13 SET 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

A Justiça relativa

A mais nova polêmica política no Brasil é a escolha do novo procurador-geral da República. O presidente Jair Bolsonaro escolheu Augusto Aras para substituir Raquel Dodge na função. O escolhido não integrava a lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público. A decisão pode custar algumas dores de cabeça para o presi-

dente. Lula, quando na Presidência, optou pela ação mais cômoda, indicava o procurador com mais votos da lista tríplice. Afinal, nenhum presidente pode ter a garantia que terá um aliado na PGR.

No governo Fernando Henrique, o titular da PGR era Geraldo Brindeiro, que interpretava a lei de maneira mais liberal, oferecia

menos denúncias contra membros do governo e ficou conhecido como o "engavetador geral da República". Como a legislação brasileira é complexa, as interpretações podem ter diversas faces.

A diferença é que o presidente pode deixar a responsabilidade para os próprios procuradores e, dessa maneira, fica acima de qualquer suspeita. ■

Dodge pede STF "atento" a sinais contra democracia

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge (foto), pediu ontem que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) fiquem "atentos" a sinais contrários à democracia liberal. O discurso foi feito na última sessão da qual Dodge participou no tribunal como representante do Ministério Público.

"Faço um alerta para que fiquem atentos a todos os sinais de pressão sobre a democracia liberal, uma vez que no Brasil e no mundo surgem vozes contrárias ao regime de leis, ao respeito aos direitos fundamentais e ao meio ambiente sadio também para as futuras gerações", disse Dodge aos ministros. ■

PROGRESSÃO DE REGIME

Era pouco mais de duas horas, quando Marcelo Odebrecht chegou à sede da empreiteira, na Marginal Pinheiros, em São Paulo, quatro anos depois de ser preso na Operação Lava Jato. O empresário - um dos principais personagens do maior escândalo de corrupção da história País - teve a progressão da pena para o regime semiaberto autorizada nesta quarta-feira, 11. E o primeiro lugar visitado foi o prédio da empresa.

NOVO RELATOR

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, disse nesta quinta-feira, 12, que caberá a um ministro substituto a análise de um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para migrar para o regime aberto. A Corte Especial do STJ deve confirmar na próxima sessão, no dia 23, o nome do desembargador Leopoldo Raposo, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para substituir o relator da Operação Lava Jato no STJ, ministro Felix Fischer.

APELAÇÃO DE LULA

O desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator dos processos da Lava Jato no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, finalizou no fim da tarde de quarta-feira (11) o seu voto na apelação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo do sítio de Atibaia. Agora, o recurso é encaminhado para o revisor, desembargador federal Leandro Paulsen. O ex-presidente foi condenado a 12 anos e 11 meses em primeira instância neste processo.

13 SET 2019

BEMPARANÁ

Recurso de Lula aguarda novo relator

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, disse ontem, que caberá a um ministro substituído a análise de um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para migrar para o regime aberto. A Corte Especial do STJ deve confirmar na próxima sessão, no dia 23, o nome do desembargador Leopoldo Raposo para substituir o relator da Operação Lava Jato no STJ, ministro Felix

Fischer. Fischer se recupera de uma embolia pulmonar e está afastado do trabalho há mais de um mês.

Em abril, a Quinta Turma do STJ - conhecida como a "câmara de gás" do tribunal, por ser dura com os réus - confirmou por unanimidade a condenação de Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, mas reduziu a pena do petista de 12 anos e um mês de prisão para 8 anos, 10 me-

ses e 20 dias de reclusão.

Os ministros rejeitaram as teses levantadas pela defesa de Lula - como a ausência de provas, a competência da Justiça Eleitoral para cuidar do caso e uma suposta parcialidade do ex-juiz federal Sergio Moro.

"O caso do Lula, especificamente, é um caso que pode aguardar a chegada do novo relator. Porque é uma questão que já está aí pendente há muito tempo, não é uma prisão que aconteceu

ontem, é uma prisão que ele está cumprindo. Não é nem prisão, o que nós estamos discutindo é a condenação, é o próprio juízo de mérito do processo penal", disse João Otávio de Noronha.

No entendimento dos defensores de Lula, como o ex-presidente se encontra preso na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, desde 7 de abril de 2018, com a diminuição da pena o petista já teria direito de passar para o regime semiaberto.

Cristiana Brittes consegue habeas corpus e vai deixar prisão com tornozeleira

A Justiça acatou pedido da defesa de Cristiana Brittes, umas das acusadas no caso da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, e ela vai deixar a prisão. O habeas corpus foi concedido ontem pela Justiça em São José dos Pinhais. Mas, Cristiana terá que usar tornozeleira eletrônica. Agora ela poderá responder em liberdade enquanto a Justiça decide se os acusados irão à Juri popular ou não.

Na semana passada a Justiça ouviu os sete acusados no caso.

Em agosto, a filha de Cristiana, Allana, já havia conseguido esse mesmo benefício e deixou a prisão. Cristiana e seu marido, Edison Brittes — assassino confesso de Daniel — estão presos em São José dos Pinhais desde outubro de 2018.